



# CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 07.043.628/0001-13

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

Central e México, equipado com transponders em Banda C (América do Sul), Banda Ku (três coberturas) e pioneiro no uso da banda Ka (Brasil). Operacional e comercialmente disponível a partir do primeiro trimestre de 2017 o D1 inaugura a quarta geração de satélites, designada como Família D, e complementaria a frota já composta por oito satélites em órbita (Star One C1, C2, C3, C4, C12, Brasilis B2, B3 e B4). O alcance das novas coberturas dos satélites Star One C4 e D1 refletiu a visão da empresa em expandir negócios de provimento de capacidade satelital em toda a América Latina fortalecendo o posicionamento da Embratel Star One como a maior Operadora Regional Latino-Americana.

**Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016:** A Claro foi patrocinadora e fornecedora oficial de serviços de telecomunicações dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, considerado o evento esportivo mais conectado e o mais compartilhado de todos os tempos, graças à disponibilização de uma infraestrutura robusta, de alta qualidade e compatível com a grandiosidade do evento. Foram mais de 100.000 horas de imagens de TV, dezenas de bilhões de minutos de vídeos e de streaming ao vivo transmitidos para 5 bilhões de pessoas de cerca de 200 países. Um volume total de tráfego nas redes fixa e móvel quase três vezes o volume registrado nos Jogos Olímpicos Londres 2012. Com a maior rede já disponibilizada para um único evento, com altíssima disponibilidade na transmissão de dados e de imagens. A Administração da Companhia, assim como seus colaboradores e parceiros, se orgulham de ter contribuído para o sucesso deste grandioso e histórico evento no país.

**3 - Setor de Telecomunicações - Regulatório:** A Companhia, através de suas controladas, desenvolve atividades sujeitas à regulamentação e fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL. Ao longo de 2016 foram promovidas algumas inovações regulamentares, dentre as quais destacamos a publicação do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências e Regulamento Geral de Acessibilidade em Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo. A Companhia envidou máximos esforços no atendimento das obrigações regulatórias, tendo, ao final de 2016, um total de 1.700 telefonos de uso público (TUPs) ativados em atendimento ao disposto no contrato de concessão e no Plano Geral de Metas para Universalização (PGUM). 4 - **Governança Corporativa - 2016:** Governança Corporativa é a execução de uma gestão empresarial que respeita os interesses de todos os públicos que se relacionam com a Companhia e suas controladas, particularmente seus acionistas. Para isso, a Claro Telecom dispõe de instrumentos normativos, como Estatuto Social, Políticas, Normas, Atas de Reunião e Código de Ética, entre outros, que estabelecem os principais critérios de decisão da Diretoria e permitem ao público acompanhar o processo decisório de forma transparente. • Atendimento à Lei Sarbanes Oxley ("SOX") - a Companhia mantém um elevado nível dos controles internos e, na condição de investidor relevante da América Móvil, suporta o acionista controlador, que é listado na NYSE, no cumprimento das exigências da Lei SOX. Em 2016, encontramos ver levantados e revisados os processos relevantes, tendo sido processadas as memorias e correções necessárias. A Administração da Claro Telecom avalia que a aplicação das exigências da SOX traz relevantes benefícios aos negócios, à medida que contribuiu para a sedimentação da cultura de controles internos. • Conselho de Administração - é composto por 3 membros, todos eleitos em Assembleia Geral. • Código de Ética - implantado em 2005 e revisado em 2014, o Código reflete a expressão do compromisso empresarial com os mais altos níveis éticos de desempenho e conduta organizacional. Missão, visão, valores e princípios integram o Código, que descreve os comportamentos alinhados aos objetivos e ao modelo de gestão da empresa. O Código de ética também está alinhado com a Lei Brasileira Anticorrupção nº 12.846/2013 e a Lei Americana Anticorrupção FCPA. O Comitê de Ética se reúne periodicamente para avaliar as questões éticas levantadas. 5 - **Investimentos - Investimentos no País:** A Companhia possui gestão comprometida com a alta qualidade dos serviços focando sempre na inovação e no desenvolvimento tecnológico. Em 2016, a Companhia investiu R\$6.554 milhões. A maior parcela dos investimentos foi direcionada para atender a investimentos em infraestrutura de rede e TV por assinatura. Os outros investimentos relevantes foram direcionados para atender acessos, infraestrutura e serviços locais, satélites, serviços de dados e internet, tecnologia da informação e call center.

Em R\$ milhões	2016	
Infraestrutura de Rede	3.483	53,1%
TV por Assinatura	1.351	20,6%
Acesso, Infraestrutura e Serviços Locais	116	1,8%
Satélites	263	4,0%
Serviços de dados e internet	690	10,6%
Outros (Incluindo TI e Call Center)	651	9,9%
<b>Total</b>	<b>6.554</b>	<b>100,0%</b>

### 6 - Desempenho Financeiro:

Demonstração de Resultado Consolidado - R\$ milhões	2016	2015	Δ%
<b>Receita líquida</b>	<b>32.479,0</b>	<b>33.695,5</b>	<b>-3,6%</b>
Custos e despesas	(23.322,8)	(23.842,7)	-2,2%
<b>EBITDA</b>	<b>9.156,2</b>	<b>9.852,8</b>	<b>-7,1%</b>
Margem EBITDA	28,2%	29,2%	(1,0) p.p.
Equivalência patrimonial	(211,1)	40,5	-621,1%
Depreciação e amortização	(7.530,6)	(7.177,9)	4,9%
<b>EBIT</b>	<b>1.414,5</b>	<b>2.715,4</b>	<b>-47,9%</b>
Resultado financeiro	(3.729,9)	(7.353,8)	-49,3%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>(2.315,4)</b>	<b>(4.638,4)</b>	<b>-50,1%</b>
Imposto de renda e contribuição social	637,0	1.082,0	-41,1%
<b>Prejuízo líquido</b>	<b>(1.678,4)</b>	<b>(3.556,3)</b>	<b>-52,8%</b>

O resultado financeiro melhorou consideravelmente em 2016 no comparativo ao ano anterior, substancialmente em função da redução do impacto negativo da variação cambial. Como parte do plano de reestruturação societária, em 2016 os serviços de valor adicionado passaram a ser prestados por outra empresa do grupo, cujos resultados não são consolidados pela Companhia. Para fins de adequada comparabilidade, os efeitos na receita líquida e no EBITDA foram normalizados, e estão demonstrados e comentados a seguir.

Informação Financeira Normalizada R\$ milhões	2016	2015	Δ%
<b>Receita líquida normalizada</b>	<b>33.607,7</b>	<b>33.695,5</b>	<b>-0,3%</b>
<b>EBITDA normalizada</b>	<b>10.027,0</b>	<b>9.852,8</b>	<b>1,8%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>29,8%</b>	<b>29,2%</b>	<b>0,6 p.p.</b>

O resultado financeiro melhorou consideravelmente em 2016 no comparativo ao ano anterior, substancialmente em função da redução do impacto negativo da variação cambial. Como parte do plano de reestruturação societária, em 2016 os serviços de valor adicionado passaram a ser prestados por outra empresa do grupo, cujos resultados não são consolidados pela Companhia. Para fins de adequada comparabilidade, os efeitos na receita líquida e no EBITDA foram normalizados, e estão demonstrados e comentados a seguir.

Informação Financeira Normalizada R\$ milhões	2016	2015	Δ%
<b>Receita líquida normalizada</b>	<b>33.607,7</b>	<b>33.695,5</b>	<b>-0,3%</b>
<b>EBITDA normalizada</b>	<b>10.027,0</b>	<b>9.852,8</b>	<b>1,8%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>29,8%</b>	<b>29,2%</b>	<b>0,6 p.p.</b>

O resultado financeiro melhorou consideravelmente em 2016 no comparativo ao ano anterior, substancialmente em função da redução do impacto negativo da variação cambial. Como parte do plano de reestruturação societária, em 2016 os serviços de valor adicionado passaram a ser prestados por outra empresa do grupo, cujos resultados não são consolidados pela Companhia. Para fins de adequada comparabilidade, os efeitos na receita líquida e no EBITDA foram normalizados, e estão demonstrados e comentados a seguir.

Informação Financeira Normalizada R\$ milhões	2016	2015	Δ%
<b>Receita líquida normalizada</b>	<b>33.607,7</b>	<b>33.695,5</b>	<b>-0,3%</b>
<b>EBITDA normalizada</b>	<b>10.027,0</b>	<b>9.852,8</b>	<b>1,8%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>29,8%</b>	<b>29,2%</b>	<b>0,6 p.p.</b>

O resultado financeiro melhorou consideravelmente em 2016 no comparativo ao ano anterior, substancialmente em função da redução do impacto negativo da variação cambial. Como parte do plano de reestruturação societária, em 2016 os serviços de valor adicionado passaram a ser prestados por outra empresa do grupo, cujos resultados não são consolidados pela Companhia. Para fins de adequada comparabilidade, os efeitos na receita líquida e no EBITDA foram normalizados, e estão demonstrados e comentados a seguir.

Informação Financeira Normalizada R\$ milhões	2016	2015	Δ%
<b>Receita líquida normalizada</b>	<b>33.607,7</b>	<b>33.695,5</b>	<b>-0,3%</b>
<b>EBITDA normalizada</b>	<b>10.027,0</b>	<b>9.852,8</b>	<b>1,8%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>29,8%</b>	<b>29,2%</b>	<b>0,6 p.p.</b>

O resultado financeiro melhorou consideravelmente em 2016 no comparativo ao ano anterior, substancialmente em função da redução do impacto negativo da variação cambial. Como parte do plano de reestruturação societária, em 2016 os serviços de valor adicionado passaram a ser prestados por outra empresa do grupo, cujos resultados não são consolidados pela Companhia. Para fins de adequada comparabilidade, os efeitos na receita líquida e no EBITDA foram normalizados, e estão demonstrados e comentados a seguir.

Informação Financeira Normalizada R\$ milhões	2016	2015	Δ%
<b>Receita líquida normalizada</b>	<b>33.607,7</b>	<b>33.695,5</b>	<b>-0,3%</b>
<b>EBITDA normalizada</b>	<b>10.027,0</b>	<b>9.852,8</b>	<b>1,8%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>29,8%</b>	<b>29,2%</b>	<b>0,6 p.p.</b>

O resultado financeiro melhorou consideravelmente em 2016 no comparativo ao ano anterior, substancialmente em função da redução do impacto negativo da variação cambial. Como parte do plano de reestruturação societária, em 2016 os serviços de valor adicionado passaram a ser prestados por outra empresa do grupo, cujos resultados não são consolidados pela Companhia. Para fins de adequada comparabilidade, os efeitos na receita líquida e no EBITDA foram normalizados, e estão demonstrados e comentados a seguir.

Informação Financeira Normalizada R\$ milhões	2016	2015	Δ%
<b>Receita líquida normalizada</b>	<b>33.607,7</b>	<b>33.695,5</b>	<b>-0,3%</b>
<b>EBITDA normalizada</b>	<b>10.027,0</b>	<b>9.852,8</b>	<b>1,8%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>29,8%</b>	<b>29,2%</b>	<b>0,6 p.p.</b>

O resultado financeiro melhorou consideravelmente em 2016 no comparativo ao ano anterior, substancialmente em função da redução do impacto negativo da variação cambial. Como parte do plano de reestruturação societária, em 2016 os serviços de valor adicionado passaram a ser prestados por outra empresa do grupo, cujos resultados não são consolidados pela Companhia. Para fins de adequada comparabilidade, os efeitos na receita líquida e no EBITDA foram normalizados, e estão demonstrados e comentados a seguir.

Informação Financeira Normalizada R\$ milhões	2016	2015	Δ%
<b>Receita líquida normalizada</b>	<b>33.607,7</b>	<b>33.695,5</b>	<b>-0,3%</b>
<b>EBITDA normalizada</b>	<b>10.027,0</b>	<b>9.852,8</b>	<b>1,8%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>29,8%</b>	<b>29,2%</b>	<b>0,6 p.p.</b>

O resultado financeiro melhorou consideravelmente em 2016 no comparativo ao ano anterior, substancialmente em função da redução do impacto negativo da variação cambial. Como parte do plano de reestruturação societária, em 2016 os serviços de valor adicionado passaram a ser prestados por outra empresa do grupo, cujos resultados não são consolidados pela Companhia. Para fins de adequada comparabilidade, os efeitos na receita líquida e no EBITDA foram normalizados, e estão demonstrados e comentados a seguir.

Informação Financeira Normalizada R\$ milhões	2016	2015	Δ%
<b>Receita líquida normalizada</b>	<b>33.607,7</b>	<b>33.695,5</b>	<b>-0,3%</b>
<b>EBITDA normalizada</b>	<b>10.027,0</b>	<b>9.852,8</b>	<b>1,8%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>29,8%</b>	<b>29,2%</b>	<b>0,6 p.p.</b>

O resultado financeiro melhorou consideravelmente em 2016 no comparativo ao ano anterior, substancialmente em função da redução do impacto negativo da variação cambial. Como parte do plano de reestruturação societária, em 2016 os serviços de valor adicionado passaram a ser prestados por outra empresa do grupo, cujos resultados não são consolidados pela Companhia. Para fins de adequada comparabilidade, os efeitos na receita líquida e no EBITDA foram normalizados, e estão demonstrados e comentados a seguir.

Informação Financeira Normalizada R\$ milhões	2016	2015	Δ%
<b>Receita líquida normalizada</b>	<b>33.607,7</b>	<b>33.695,5</b>	<b>-0,3%</b>
<b>EBITDA normalizada</b>	<b>10.027,0</b>	<b>9.852,8</b>	<b>1,8%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>29,8%</b>	<b>29,2%</b>	<b>0,6 p.p.</b>

O resultado financeiro melhorou consideravelmente em 2016 no comparativo ao ano anterior, substancialmente em função da redução do impacto negativo da variação cambial. Como parte do plano de reestruturação societária, em 2016 os serviços de valor adicionado passaram a ser prestados por outra empresa do grupo, cujos resultados não são consolidados pela Companhia. Para fins de adequada comparabilidade, os efeitos na receita líquida e no EBITDA foram normalizados, e estão demonstrados e comentados a seguir.

Informação Financeira Normalizada R\$ milhões	2016	2015	Δ%
<b>Receita líquida normalizada</b>	<b>33.607,7</b>	<b>33.695,5</b>	<b>-0,3%</b>
<b>EBITDA normalizada</b>	<b>10.027,0</b>	<b>9.852,8</b>	<b>1,8%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>29,8%</b>	<b>29,2%</b>	<b>0,6 p.p.</b>

O resultado financeiro melhorou consideravelmente em 2016 no comparativo ao ano anterior, substancialmente em função da redução do impacto negativo da variação cambial. Como parte do plano de reestruturação societária, em 2016 os serviços de valor adicionado passaram a ser prestados por outra empresa do grupo, cujos resultados não são consolidados pela Companhia. Para fins de adequada comparabilidade, os efeitos na receita líquida e no EBITDA foram normalizados, e estão demonstrados e comentados a seguir.

Informação Financeira Normalizada R\$ milhões	2016	2015	Δ%
<b>Receita líquida normalizada</b>	<b>33.607,7</b>	<b>33.695,5</b>	<b>-0,3%</b>
<b>EBITDA normalizada</b>	<b>10.027,0</b>	<b>9.852,8</b>	<b>1,8%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>29,8%</b>	<b>29,2%</b>	<b>0,6 p.p.</b>

O resultado financeiro melhorou consideravelmente em 2016 no comparativo ao ano anterior, substancialmente em função da redução do impacto negativo da variação cambial. Como parte do plano de reestruturação societária, em 2016 os serviços de valor adicionado passaram a ser prestados por outra empresa do grupo, cujos resultados não são consolidados pela Companhia. Para fins de adequada comparabilidade, os efeitos na receita líquida e no EBITDA foram normalizados, e estão demonstrados e comentados a seguir.

Informação Financeira Normalizada R\$ milhões	2016	2015	Δ%
<b>Receita líquida normalizada</b>	<b>33.607,7</b>	<b>33.695,5</b>	<b>-0,3%</b>
<b>EBITDA normalizada</b>	<b>10.027,0</b>	<b>9.852,8</b>	<b>1,8%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>29,8%</b>	<b>29,2%</b>	<b>0,6 p.p.</b>

O resultado financeiro melhorou consideravelmente em 2016 no comparativo ao ano anterior, substancialmente em função da redução do impacto negativo da variação cambial. Como parte do plano de reestruturação societária, em 2016 os serviços de valor adicionado passaram a ser prestados por outra empresa do grupo, cujos resultados não são consolidados pela Companhia. Para fins de adequada comparabilidade, os efeitos na receita líquida e no EBITDA foram normalizados, e estão demonstrados e comentados a seguir.

Informação Financeira Normalizada R\$ milhões	2016	2015	Δ%
<b>Receita líquida normalizada</b>	<b>33.607,7</b>	<b>33.695,5</b>	<b>-0,3%</b>
<b>EBITDA normalizada</b>	<b>10.027,0</b>	<b>9.852,8</b>	<b>1,8%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>29,8%</b>	<b>29,2%</b>	<b>0,6 p.p.</b>

O resultado financeiro melhorou consideravelmente em 2016 no comparativo ao ano anterior, substancialmente em função da redução do impacto negativo da variação cambial. Como parte do plano de reestruturação societária, em 2016 os serviços de valor adicionado passaram a ser prestados por outra empresa do grupo, cujos resultados não são consolidados pela Companhia. Para fins de adequada comparabilidade, os efeitos na receita líquida e no EBITDA foram normalizados, e estão demonstrados e comentados a seguir.

Informação Financeira Normalizada R\$ milhões	2016	2015	Δ%
<b>Receita líquida normalizada</b>	<b>33.607,7</b>	<b>33.695,5</b>	<b>-0,3%</b>
<b>EBITDA normalizada</b>	<b>10.027,0</b>	<b>9.852,8</b>	<b>1,8%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>29,8%</b>	<b>29,2%</b>	<b>0,6 p.p.</b>

O resultado financeiro melhorou consideravelmente em 2016 no comparativo ao ano anterior, substancialmente em função da redução do impacto negativo da variação cambial. Como parte do plano de reestruturação societária, em 2016 os serviços de valor adicionado passaram a ser prestados por outra empresa do grupo, cujos resultados não são consolidados pela Companhia. Para fins de adequada comparabilidade, os efeitos na receita líquida e no EBITDA foram normalizados, e estão demonstrados e comentados a seguir.

Informação Financeira Normalizada R\$ milhões	2016	2015	Δ%
<b>Receita líquida normalizada</b>	<b>33.607,7</b>	<b>33.695,5</b>	<b>-0,3%</b>
<b>EBITDA normalizada</b>	<b>10.027,0</b>	<b>9.852,8</b>	<b>1,8%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>29,8%</b>	<b>29,2%</b>	<b>0,6 p.p.</b>

O resultado financeiro melhorou consideravelmente em 2016 no comparativo ao ano anterior, substancialmente em função da redução do impacto negativo da variação cambial. Como parte do plano de reestruturação societária, em 2016 os serviços de valor adicionado passaram a ser prestados por outra empresa do grupo, cujos resultados não são consolidados pela Companhia. Para fins de adequada comparabilidade, os efeitos na receita líquida e no EBITDA foram normalizados, e estão demonstrados e comentados a seguir.

Informação Financeira Normalizada R\$ milhões	2016	2015	Δ%
<b>Receita líquida normalizada</b>	<b>33.607,7</b>	<b>33.695,5</b>	<b>-0,3%</b>
<b>EBITDA normalizada</b>	<b>10.027,0</b>	<b>9.852,8</b>	<b>1,8%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>29,8%</b>	<b>29,2%</b>	<b>0,6 p.p.</b>

O resultado financeiro melhorou consideravelmente em 2016 no comparativo ao ano anterior, substancialmente em função da redução do impacto negativo da variação cambial. Como parte do plano de reestruturação societária, em 2016 os serviços de valor adicionado passaram a ser prestados por outra empresa do grupo, cujos resultados não são consolidados pela Companhia. Para fins de adequada comparabilidade, os efeitos na receita líquida e no EBITDA foram normalizados, e estão demonstrados e comentados a seguir.

Informação Financeira Normalizada R\$ milhões	2016	2015	Δ%
<b>Receita líquida normalizada</b>	<b>33.607,7</b>	<b>33.695,5</b>	<b>-0,3%</b>
<b>EBITDA normalizada</b>	<b>10.027,0</b>	<b>9.852,8</b>	<b>1,8%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>29,8%</b>	<b>29,2%</b>	<b>0,6 p.p.</b>

O resultado financeiro melhorou consideravelmente em 2016 no comparativo ao ano anterior, substancialmente em função da redução do impacto negativo da variação cambial. Como parte do plano de reestruturação societária, em 2016 os serviços de valor adicionado passaram a ser prestados por outra empresa do grupo, cujos resultados não são consolidados pela Companhia. Para fins de adequada comparabilidade, os efeitos na receita líquida e no EBITDA foram normalizados, e estão demonstrados e comentados a seguir.

Informação Financeira Normalizada R\$ milhões	2016	2015	Δ%
<b>Receita líquida normalizada</b>	<b>33.607,7</b>	<b>33.695,5</b>	<b>-0,3%</b>
<b>EBITDA normalizada</b>	<b>10.027,0</b>	<b>9.852,8</b>	<b>1,8%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>29,8%</b>	<b>29,2%</b>	<b>0,6 p.p.</b>

O resultado financeiro melhorou consideravelmente em 2016 no comparativo ao ano anterior, substancialmente em função da redução do impacto negativo da variação cambial. Como parte do plano de reestruturação societária, em 2016 os serviços de valor adicionado passaram a ser prestados por outra empresa do grupo, cujos resultados não são consolidados pela Companhia. Para fins de adequada comparabilidade, os efeitos na receita líquida e no EBITDA foram normalizados, e estão demonstrados e comentados a seguir.

Informação Financeira Normalizada R\$ milhões	2016	2015	Δ%
<b>Receita líquida normalizada</b>	<b>33.607,7</b>	<b>33.695,5</b>	<b>-0,3%</b>
<b>EBITDA normalizada</b>	<b>10.027,0</b>	<b>9.852,8</b>	<b>1,8%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>29,8%</b>	<b>29,2%</b>	<b>0,6 p.p.</b>

O resultado financeiro melhorou consideravelmente em 2016 no comparativo ao ano anterior, substancialmente em função da redução do impacto negativo da variação cambial. Como parte do plano de reestruturação societária, em 2016 os serviços de valor adicionado passaram a ser prestados por outra empresa do grupo, cujos resultados não são consolidados pela Companhia. Para fins de adequada comparabilidade, os efeitos na receita líquida e no EBITDA foram normalizados, e estão demonstrados e comentados a seguir.

Informação Financeira Normalizada R\$ milhões	2016	2015	Δ%
<b>Receita líquida normalizada</b>	<b>33.607,7</b>	<b>33.695,5</b>	<b>-0,3%</b>
<b>EBITDA normalizada</b>	<b>10.027,0</b>	<b>9.852,8</b>	<b>1,8%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>29,8%</b>	<b>29,2%</b>	<b>0,6 p.p.</b>

O resultado financeiro melhorou consideravelmente em 2016 no comparativo ao ano anterior, substancialmente em função da redução do impacto negativo da variação cambial. Como parte do plano de reestruturação societária, em 2016 os serviços de valor adicionado passaram a ser prestados por outra empresa do grupo, cujos resultados não são consolidados pela Companhia. Para fins de adequada comparabilidade, os efeitos na receita líquida e no EBITDA foram normalizados, e estão demonstrados e comentados a seguir.

Informação Financeira Normalizada R\$ milhões	2016	2015	Δ%
<b>Receita líquida normalizada</b>	<b>33.607,7</b>	<b>33.695,5</b>	<b>-0,3%</b>
<b>EBITDA normalizada</b>	<b>10.027,0</b>	<b>9.852,8</b>	<b>1,8%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>29,8%</b>	<b>29,2%</b>	<b>0,6 p.p.</b>

O resultado financeiro melhorou consideravelmente em 2016 no comparativo ao ano anterior, substancialmente em função da redução do impacto negativo da variação cambial. Como parte do plano de reestruturação societária, em 2016 os serviços de valor adicionado passaram a ser prestados por outra empresa do grupo, cujos resultados não são consolidados pela Companhia. Para fins de adequada comparabilidade, os efeitos na receita líquida e no EBITDA foram normalizados, e estão demonstrados e comentados a seguir.

Informação Financeira Normalizada R\$ milhões	2016	2015	Δ%
---	------	------	----

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

continuação

Região	450 MHz	850 MHz	900 MHz	Prazos			
				1800 MHz	3G1900 - 2100 MHz	4G2500 MHz	4G700 MHz
Acre	Outubro, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Rondônia	Outubro, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Distrito Federal	Outubro, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Mato Grosso	-	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Mato Grosso do Sul	-	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Goias	-	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Bahia	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2017	Dezembro, 2017	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Sergipe	-	-	Dezembro, 2017	Dezembro, 2017	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Alagoas	-	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Ceará	-	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Paraná	-	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Paraná (Norte)	-	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Santa Catarina	-	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Rio de Janeiro	-	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Espirito Santo	-	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Rio Grande do Sul	-	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
São Paulo - Capital	Outubro, 2027*	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
São Paulo - Interior	-	-	Março, 2028	Março, 2028	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Minas Gerais	-	-	-	Abri, 2020**	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Minas Gerais (Triângulo Mineiro)	-	-	-	Abri, 2020**	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Amazonas	Outubro, 2027	Março, 2023	-	-	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Maranhão	Outubro, 2027	Março, 2023	-	-	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Roraima	Outubro, 2027	Março, 2023	-	-	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Amapá	Outubro, 2027	Março, 2023	-	-	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Pará	Outubro, 2027	Março, 2023	-	-	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029

\* Inclui código nacional 12. \*\* Alguns blocos vencem em Março de 2023.

A controlada indireta Star One possui as seguintes autorizações vinculadas aos direitos de exploração de satélite:

Tipo	Número	Posição Orbital	Data de Vencimento	
			Emissão	(15 anos)
Extensão (renovação)	PVSS/SPV 007/2006	63°W, 65°W, 68°W, 70°W, 84°W - Banda C	01/10/06	01/01/21
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2003	65°W - Banda Ku	25/02/03	25/02/18
Posição Orbital	PVSS/SPV 12/2007	92°W - Banda C and Ku	13/11/07	13/11/22
Posição Orbital	PVSS/SPV 002/2003	70°W - Banda C and Ku	08/10/03	08/10/18
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2007	75°W - Banda C e Ku	27/02/07	27/02/22
Posição Orbital	PVSS/SPV 156/2012	70°W - Banda Ka e Ku (Planejado)	28/02/12	28/02/27
Posição Orbital	PVSS/SPV 078/2011	84°W - Banda Ka e Ku	06/02/12	06/02/27
Direitos de Descida	PVSS/SPV 002/2009	37,5°W - Banda C	25/05/09	05/05/19*

\* A data de vencimento indicada corresponde a vida útil do Satélite C12. A ANATEL conduziu um leilão para concessão do direito de uso de radiofrequências e, em dezembro de 2015, ocorreu a sessão de abertura e julgamento das propostas, quando a Companhia, através de sua controlada Clara, adquiriu mais 19 lotes regionais na frequência de 2500 MHz, em diversas cidades brasileiras cujo vencimento máximo é agosto de 2031. O resultado foi homologado pelo Conselho Diretor da Anatel em 2 de junho de 2016 e os Termos de Autorização para a aquisição dos 19 lotes regionais na frequência de 2500 MHz (sub faixa P), arrematados pelo montante de R\$ 61.859,90 foram assinados em 9 de agosto de 2016. Os contratos de concessão de serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional estabelecem a reversibilidade dos bens indispensáveis a prestação dos serviços, objeto das concessões, em relação a tais bens considerados reversíveis, a Lei Geral das Telecomunicações e a regulamentação da ANATEL, dispõem que os mesmos estão vinculados aos serviços sob concessão, não podendo ser desvinculados, alienados, substituídos ou onerados sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. Os demais serviços de telecomunicações prestados pela Companhia, tais como o Serviço Móvel Pessoal (SMP) e o Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) foram outorgados sob o regime privado, com base em autorizações expedidas pela ANATEL e o regime jurídico aplicável não estabelece obrigação de reversibilidade de bens.

**Análise sobre risco de continuidade operacional:** Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$93.300,058 no consolidado. Do total do capital circulante líquido, R\$7.561.421 refere-se a valores com partes relacionadas. Nosso acionista controlador América Móvil tem a intenção e a capacidade financeira de, caso necessário, prover o suporte para as operações. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas

procedimentos do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma), moeda funcional e de apresentação e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios e suporte financeiro da Companhia e suas controladas. Também foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram aplicadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliação de ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para a redução ao valor recuperável das contas a receber, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e realização de imposto de renda diferido. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. A Companhia adotou todos os pronunciamentos, revisados e interpretações e orientações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2017. As seguintes contábeis foram aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. Para melhor apresentação e comparabilidade com o exercício corrente, a Companhia efetuou as seguintes reclassificações em certas contas do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015: ativo circulante: de contas a receber para partes relacionadas, R\$332.122, e no passivo circulante: de fornecedores para partes relacionadas, R\$390.526. Os novos pronunciamentos, interpretações, alterações ou melhorias, que entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, mas não causaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras, estão descritos a seguir: **IFRS 5 Non-current Assets Held for Sale and Discontinued Operations** (Ativos Não Correntes Destinados à Venda e Operações Descontinuadas), revisão; **IFRS 7 Financial Instruments: Disclosures** (Instrumentos Financeiros: Divulgações), revisão; **IFRS 11 Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations** (Contabilizações de Aquisições de Acordos Conjuntos), revisão; **IFRS 14 Regulatory Deferral Accounts** (Contas de Diferimento Regulatório), emissão; **IAS 1 Disclosure Initiative** (Iniciativa de Divulgação), revisão; **IAS 16 and IAS 38 Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortization** (Especificação de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização), revisão; **IAS 19 Employee Benefits** (Benefícios a Empregados), revisão; e **IAS 27 Equity Method in Separate Financial Statements** (Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Separadas), revisão. Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes emissões e alterações nas IFRS tinham sido publicadas, porém não são de aplicação obrigatória.

**Normas**

**IAS 7 - Cash Flow** (Fluxo de Caixa), revisão.

**IAS 12 - Income Taxes** (Imposto de Renda), revisão.

**IAS 40 - Investment Property** (Transfere de Contratos de Investimentos), revisão.

**IFRS 2 - Classification and Valuation of Share Based Transactions** (Classificação e Valoração de Transações de Remuneração em Ações), revisão.

**IFRS 4 - Insurance Contracts** (Contratos de Seguros), revisão.

**IFRS 9 - Financial Instruments** (Instrumentos Financeiros), emissão da versão final.

**IFRS 10, 12 and IAS 28 - Investment Entities: Applying the Consolidation Exception** (Aplicando a Exceção na Consolidação), revisão.

**IFRS 15 - Revenue from contracts with clients** (Receita de Contratos com Clientes), emissão. **1º de janeiro de 2018**

**IFRS 16 - Leases** (Arrendamentos), emissão. **1º de janeiro de 2019**

**IFRS 19 - Financial Instruments** (Instrumentos Financeiros), emissão. **1º de janeiro de 2018**

**Annual Improvements to IFRS, 2014 - 2016 Cycle** (Melhorias Anuais do IFRS - Ciclo 2014 - 2016), emissão. **1º de janeiro de 2017/2018**

**IFRIC 22 - Transactions in Foreign Currency and Advance Payments** (Transações em Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados), emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados, emissão. **1º de janeiro de 2018**

Na Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecip



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

respective tributos devidos, são utilizadas e reconhecidas no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados. Os créditos ainda não utilizados referentes aos cartões já vendidos são registrados como receita diferida pré-pago. As receitas de venda de mercadorias (aparelhos celulares, *simcards* e acessórios) são reconhecidas no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável; os serviços foram efetivamente prestados e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia e suas controladas. Uma receita não é reconhecida caso haja uma incerteza significativa de sua realização. **3.21. Campanhas promocionais:** Custos e despesas referentes a campanhas promocionais, incluindo as vendas de aparelhos celulares e acessórios a valores inferiores aos custos de aquisição, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **3.22. Subvenção e assistência governamental:** A edição da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2011, posteriormente alterada pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilitou às pessoas jurídicas titulares de empreendimentos localizados nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM") e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), cuja atividade se enquadre em setor econômico considerado prioritário, em ato do Poder Executivo, a pleitear a redução do imposto de renda nos termos destes atos normativos. A controlada Claro possui benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração para as áreas do Nordeste. A concessão deste incentivo se estende até o exercício de 2017 (para os estados: PI, BA, SE, AL e RN) e 2018 (para os estados: PB, CE e PE). Em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 a parcela de lucro incentivada também foi excluída do cálculo do dividendo obrigatório, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos. **3.23. Resultado financeiro:** Representa juros e variações cambiais e monetárias sobre aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures e outros ativos e passivos sujeitos a atualização, os quais são reconhecidos pelo regime de competência. Adicionalmente, compreendem despesas e fianças bancárias, bem como despesas com PIS e COFINS (ambos calculados sobre receitas de multas e juros sobre capital próprio ativos, quando aplicável). **3.24. Participações de não controladores:** Refere-se, principalmente, a participação de não controladores na controlada Claro. **3.25. Prejuízo por ação:** A Companhia efetua os cálculos do prejuízo por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. **3.26. Demonstração do fluxo de caixa e demonstração do valor adicionado:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. **3.27. Informações por segmento:** Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual há informação financeira individualizada disponível. A Companhia possui dois segmentos que merecem ser relatados: o segmento de telecomunicações e o segmento de satélite, conforme Nota 18.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos	2.958	48.730	369.045	3.126.031
Equivalentes de caixa	652	2.827	177.594	1.779.856
	554	958	546.639	4.905.887

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as aplicações referem-se principalmente, a títulos públicos compromissados, contratados junto a entidades financeiras de primeira linha, e possuem liquidez imediata junto às entidades emissoras, e remuneração próxima do CDI.

5. Contas a receber, líquido:

	Consolidado	
	2016	2015
Venda de aparelhos celulares e acessórios	841.069	1.001.376
Serviços de voz, dados e outros	6.216.572	5.934.365
Administradoras estrangeiras	7.104.200	7.007.415
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.779.856)	(1.432.962)
	5.324.344	5.574.453

A seguir apresentamos os montantes a receber de clientes, por idade de vencimento:

	Consolidado	
	2016	2015
A vencer	3.335.243	3.774.942
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	1.208.257	1.282.010
De 31 a 60 dias	390.310	369.199
De 61 a 90 dias	293.996	272.485
Mais de 90 dias	1.876.594	1.908.779
	7.104.200	7.007.415

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada. A movimentação do saldo de provisão para devedores duvidosos é como se segue:

	Consolidado	
	2016	2015
Saldo Inicial	1.432.962	1.173.635
Aquisição de empresas	35.478	-
Provisão constituída	1.060.071	959.937
Reversão de Provisão (1)	(748.655)	(700.510)
Saldo Final	1.779.856	1.432.962

(1) Decorrente de baixa de faturas, com reconhecimento da perda após período de intensas ações de cobrança.

6. Estoques:

	Consolidado	
	2016	2015
Estoques de aparelhos para revenda	371.722	328.397
Material para manutenção de rede e assistência técnica	106.734	113.639
Estoques de <i>simcards</i> e acessórios para revenda	19.075	26.640
Outros	59.574	84.616
	557.105	553.292
(-) Provisão para perdas em estoques	(92.453)	(45.113)
	524.652	508.179

A movimentação da provisão para perdas em estoques é como segue:

	Consolidado	
	2016	2015
Saldo Inicial	45.113	43.762
Provisão constituída	4.957	15.401
Reversão de Provisão (1)	(17.617)	(14.050)
Saldo Final	32.453	45.113

A provisão para perda em estoques é constituída com base nos itens em estoque com baixa movimentação, considerados de difícil realização.

7. Tributos a recuperar e diferidos, líquidos: 7.1. Tributos a recuperar, líquidos:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
ICMS a recuperar (1)	-	-	1.099.960	1.273.367
Imposto de renda retido na fonte (2)	242	12.299	686.540	467.445
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (3)	27.390	-	154.757	305.579
PIS/COFINS	-	-	58.930	185.606
FINSOCIAL (4)	-	-	169.890	200.685
CPMF pago indevido (5)	24.869	39.297	24.869	39.297
Outros	8	3.124	104.265	38.214
	52.509	54.720	2.299.211	2.510.193
Circulante	27.640	15.423	722.970	1.319.633
Não circulante	24.869	39.297	1.576.241	1.190.560

(1) No consolidado, os créditos do ICMS são oriundos, principalmente, dos investimentos realizados no ativo imobilizado, os quais estão sendo compensados com os débitos provenientes das operações. Esses créditos estão registrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo previsto de realização. (2) Na controladora trata-se de IRRF sobre Juros sobre o Capital Próprio distribuídos no 4º trimestre de 2015. Em 2016 o valor de IRRF sobre juros sobre capital próprio foi transferido para saldo negativo do Imposto sobre o Renda. No consolidado trata-se, basicamente, de imposto de renda retido no exterior sobre as prestações de serviços de assistência técnica em telecomunicações bem como sobre as receitas de uso da marca "Claro", a serem utilizados para compensação de IRPJ e CSLL devidos no Brasil em conformidade com a Instrução Normativa RFP 213/2002. Em dezembro de 2015 foi baixado para resultado R\$138.136, esse valor refere-se ao acesso de limite permitido pela legislação para utilização do crédito. (3) Na controladora trata-se dos pagamentos de estimativa de IRPJ e CSLL feitos durante o ano de 2016. Os pagamentos viram créditos em virtude da mudança no regime de tributação da variação cambial que passou de competência para caixa conforme previsto no Decreto nº 8.451/15 e a IN 1.656/16. O imposto de renda e contribuição social a recuperar decorre de saldo negativo do imposto de renda e foi parcialmente compensado em 2016. (4) Trata-se crédito fiscal oriundo do pagamento a maior do tributo FINSOCIAL, nos períodos-base de setembro de 1989 a março de 1992. A controlada Claro obteve o direito a este crédito fiscal através de decisão judicial transitada em julgado no mês de setembro de 2014, oriundo da incorporada Embratel. Em 31 de dezembro de 2016, houve recebimento de R\$32.777,53 (Trata-se de crédito decorrente de pagamento em duplicidade efetuado pela Companhia em 2009 em razão de ter efetuado pagamento espontâneo de débito CPMF incidente sobre operações simbólicas de câmbio. Isso porque, quando da realização do pagamento, a Companhia já se encontrava sob ação fiscal e portanto não poderia realizar qualquer pagamento de forma espontânea. Assim, concluiu a ação fiscal, foi desconsiderado o pagamento efetuado e lavrado auto de infração. Posteriormente a Companhia efetuou o pagamento do débito exigido pelo auto de infração com o benefício instituído pela Lei nº 11.941/2009 e o valor pago durante a ação fiscal constituiu-se em crédito em favor da Companhia contra a Receita Federal. 7.2. Tributos diferidos, líquidos: O ativo fiscal diferido, líquido do passivo fiscal diferido, de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, ou o lucro líquido e sobre as diferenças temporárias ativas e passivas foi reconhecido contabilmente pelas controladas, quando aplicável, considerando a ocorrência de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido no CPC 32. A Companhia e suas controladas têm créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem imprecisíveis, não há data limite para a utilização desses créditos tributários. A compensação dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitados por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica em aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários. Os créditos tributários diferidos apresentados no consolidado foram constituídos e ajustados no pressuposto de sua realização futura. As estimativas de recuperação dos créditos tributários são revisadas, no mínimo, anualmente e estão suportadas por projeções de lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, societárias, estratégicas e de negócios, considerados no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Os estudos técnicos realizados para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos dentro do prazo estipulado na Instrução Normativa CVM 371/2002. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais. Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

	2016		2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Ativo fiscal diferido	2.747.762	1.000.364	3.748.126	2.521.716
Prejuízos fiscais	-	-	918.987	3.440.703
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	742.858	267.429	1.010.287	614.710
Provisão para contingências	747.114	268.961	1.016.075	713.414
Tributos com exigibilidade suspensa	940.784	338.682	1.279.466	762.548
Crédito fiscal incorporado (1)	501.273	180.458	681.731	556.627
Plano atuarial	224.102	80.677	304.779	141.448
Outras diferenças temporárias	451.893	162.682	614.575	452.686
	6.355.786	2.299.253	8.655.039	5.763.149

Passivo fiscal diferido

	2016		2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Inovação tecnológica	(3.596)	(695)	(4.291)	(3.617)
Prêmio sobre emissão de debêntures	(1.776)	(640)	(2.416)	(1.776)
Correção monetária especial	(18.915)	(6.809)	(25.724)	(18.915)
Intangível	(95.569)	(34.405)	(129.974)	(95.569)
Mais valia de ativo Imobilizado	(803)	(289)	(1.092)	(766)
Ágio em aquisições (2)	(534.861)	(151.557)	(686.418)	(587.336)
	(655.520)	(194.395)	(849.915)	(707.979)
Ativo fiscal diferido, líquido	5.700.266	2.104.858	7.805.124	5.055.170

(1) Benefício fiscal oriundo de amortização do ágio vertido da incorporada NET. Conforme instrução CVM 319, bem como interpretação técnica (ICP09 (R1) emitido pelo CPC, o referido imposto diferido ativo, teve como contrapartida a rubrica demonstrada "Reserva Especial de Ágio" no patrimônio líquido no montante de R\$95.023, em 31 de dezembro de 2014. (2) Passivo fiscal diferido oriundo da incorporada NET (combinações de negócios da Vivax Ltda, NET Judicial Ltda, Big TV e ESC 90), conforme pronunciamento técnico CPC 15, constituição de diferido sobre o diferido da BrTel. Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

Ano	Consolidado	
	2016	2015
2017	978.972	-
2018	1.010.368	-
2019	1.436.016	-
2020	788.136	-
2021	1.019.170	-
2022	644.370	-
2023 a 2026	2.778.007	-
	8.655.039	-

(\*) Corresponde ao total do ativo fiscal diferido, sem incluir o valor dos passivos fiscais diferidos, que é apresentado líquido no balanço patrimonial. **8. Investimentos:** Na controladora, a movimentação dos saldos de investimentos está demonstrada a seguir:

	TVSat (1)	Claro (1)	Americal (1)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	2.134.788	4.815.762	6.950.550
Resultado da equivalência patrimonial	-	(631.407)	174.591	(456.816)
Direito de resgate dos acionistas não controladores	-	(57.507)	-	(57.507)
Ganho de participação com cancelamento de ações	-	22.282	-	22.282
Variação cambial em controlada no exterior	-	114	-	114
Adições	-	797.116	-	797.116
Atualização de passivo atuarial	-	16.942	-	16.942
Perdas em transações de capital	-	(3.026)	-	(3.026)
Dividendos prescritos	-	1.193	-	1.193
Perda do benefício fiscal	-	2.280	-	2.280
Outros efeitos em controlada	-	99	-	99
Juros sobre capital próprio	-	-	(81.995)	(81.995)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	2.282.874	4.908.358	7.191.232
Resultado da equivalência patrimonial	(177.117)	(677.097)	(44.390)	(898.604)
Variação cambial em controlada no exterior	-	(1.883)	-	(1.883)
Outros efeitos em controlada	-	(957)	-	(957)
Aumento de capital (2)	-	4.950.855	-	4.950.855
Adições	-	19.225.475	(4.499.801)	(4.499.801)
Atualização de passivo atuarial	-	8.936	(67)	(88.829)
Dividendos prescritos	-	8.936	-	8.936
Aquisição de investimento (4)	1.507.425	-	-	1.507.425
Mudança de participação	-	(6.554)	72.376	65.822
Distribuição de dividendos (5)	-	-	(1.000)	(1.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.330.308	6.467.345	435.476	8.233.129

(1) A base para cálculo do investimento é o patrimônio líquido ajustado do direito de reserva pertencente ao controlador. (2) Em 20 de junho de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), foi aprovado o aumento de capital da controlada Claro em R\$170.043, com a emissão de 975.523 ações ordinárias, por meio de capitalização de crédito de titularidade da Companhia com sua controlada Americal decorrentes de dividendos e juros sobre o capital próprio, sendo assegurado aos acionistas da controlada Claro detentores de ações ordinárias ou preferências o direito de subscrição nas ações ora emitidas na proporção de 0.011148652 ações ordinária para cada ação que possuírem. Em 21 de julho de 2016, alguns acionistas exerceram o direito de preferência no valor de R\$ 25. Em 29 de janeiro de 2016 foi deliberado em reunião do Conselho de Administração o aumento do capital social da controlada Claro no valor total de R\$650.037 em espécie, mediante emissão de um total de 33.574.727 novas ações, sendo 26.527.784 ações ordinárias e 7.046.943 ações preferenciais. Tendo a Companhia integralizado R\$470.838 em espécie mediante emissão de 26.527.783 ações, sendo 26.499.359 ações ordinárias e 28.424 ações preferenciais e pela acionista Telmex Solutions Telecomunicações S.A. o montante de R\$1.270.000 em espécie mediante emissão de 7.046.943 ações, sendo 28.424 ordinárias e 7.018.519 preferenciais. As ações emitidas foram totalmente subscritas. (3) Em 18 de janeiro e em 20 de maio de 2016 foram aprovadas a redução do capital próprio, sendo assegurado aos acionistas da controlada Claro detentores de ações ordinárias ou preferências o direito de subscrição nas ações ora emitidas na proporção de 0.011148652 ações ordinária para cada ação que possuírem. Em 21 de julho de 2016, alguns acionistas exerceram o direito de preferência no valor de R\$ 25. Em 29 de janeiro de 2016 foi deliberado em reunião do Conselho de Administração o aumento do capital social da controlada Claro no valor total de R\$650.037 em espécie, mediante emissão de um total de 33.574.727 novas ações, sendo 26.527.784 ações ordinárias e 7.046.943 ações preferenciais. Tendo a Companhia integralizado R\$470.838 em espécie mediante emissão de 26.527.783 ações, sendo 26.499.359 ações ordinárias e 28.424 ações preferenciais e pela acionista Telmex Solutions Telecomunicações S.A. o montante de R\$1.270.000 em espécie mediante emissão de 7.046.943 ações, sendo 28.424 ordinárias e 7.018.519 preferenciais. As ações emitidas foram totalmente subscritas. (4) Em 18 de janeiro e em 20 de maio de 2016 foram aprovadas a redução do capital próprio, sendo assegurado aos acionistas da controlada Claro detentores de ações ordinárias ou preferências o direito de subscrição nas ações ora emitidas na proporção de 0.011148652 ações ordinária para cada ação que possuírem. Em 21 de julho de 2016, alguns acionistas exerceram o direito de preferência no valor de R\$ 25. Em 29 de janeiro de 2016 foi deliberado em reunião do Conselho de Administração o aumento do capital social da controlada Claro no valor total de R\$650.037 em espécie, mediante emissão de um total de 33.574.727 novas ações, sendo 26.527.784 ações ordinárias e 7.046.943 ações preferenciais. Tendo a Companhia integralizado R\$470.838 em espécie mediante emissão de 26.527.783 ações, sendo 26.499.359 ações ordinárias e 28.424 ações preferenciais e pela acionista Telmex Solutions Telecomunicações S.A. o montante de R\$1.270.000 em espécie mediante emissão de 7.046.943 ações, sendo 28.424 ordinárias e 7.018.519 preferenciais. As ações emitidas foram totalmente subscritas. (5) Em 04 de agosto de 2016, em AGE, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$1.000 à conta de Reserva de Lucros, à razão de R\$ 0,05 por lote de 1.000 ações, constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, na forma do artigo 204 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2016, os detalhes das principais controladas diretas e coligada indireta, são como se seguem:

Empresa	Prejuízo do exercício	Patrimônio líquido	Quantidade de ações (lotes de mil)		% de participação	
			Ordinária	Preferenciais	Total	Capital votante
Claro	(1.498.045)	14.258.634	40.178	2	45,44%	83,20%
Americal	(44.390)	435.476	19.225.475	-	100,00%	100,00%
TVsat	(301.631)	1.901.668	1.381.081	3.460.528	69,95%	39,91%

Os investimentos no consolidado estão compostos como se seguem:

	2016	2015
TVsat - Investimento	1.330.308	4.514.391
Outros (1)	21	71
	1.330.329	4.514.462

(1) Refere-se, principalmente, a investimento da controlada Claro na coligada MPO Processadora de Pagamentos Móveis S.A., avaliado pelo método de equivalência patrimonial. A seguir, demonstramos um sumário dos dados

b) Movimentação

	Equipamentos de transmissão		Equipamentos de comutação		Prédios	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Ajuste a valor de realização "Impairment"	Imobilizado em andamento (2)	Total
	Infraestrutura	Prédios	Terrenos	Outros ativos imobilizados						
Custo										
Saldos em 31/12/2014	46.063.673	7.559.925	12.609.831	1.346.209	330.498	4.387.456	-	(1.360.775)	5.709.577	76.696.774
Adições	2.796.996	112.015	4	2.402	1.466	293.067	-	-	5.1	





—☆ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)**

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Despesas financeiras				
Despesas com operações financeiras e juros	(7.297)	(3.123)	(4.500.222)	(4.086.350)
Variações cambiais - contas passivas	—	(88.391)	—	(3.970.927)
Variações monetárias - contas passivas	(1.960)	(2.088)	(227.924)	(65.538)
	<b>(9.257)</b>	<b>(93.602)</b>	<b>(4.728.146)</b>	<b>(8.122.815)</b>
	<b>41.738</b>	<b>(90.247)</b>	<b>(3.730.007)</b>	<b>(7.353.773)</b>

**22. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Consolidado	
	2016	2015
Corrente		
Imposto de renda	(21.212)	(225.211)
Contribuição social	(7.496)	(16.002)
	<b>(28.708)</b>	<b>(241.213)</b>

	Consolidado	
	2016	2015
Diferidos		
Imposto de renda	491.992	1.007.026
Contribuição social	173.721	316.232
	<b>665.713</b>	<b>1.323.258</b>
	<b>637.005</b>	<b>1.082.045</b>

A Companhia e algumas controladas possuem créditos fiscais no montante total de R\$268.420 em 31 de dezembro de 2016 (R\$259.736 em 31 de dezembro de 2015), que não foram reconhecidos pelo fato de não possuírem perspectivas de realização futura. A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(857.711)	(555.223)	(2.315.442)	(4.638.383)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	291.622	188.776	787.250	1.577.050
Ajustes para cálculo do crédito tributário:				
Equivalência patrimonial	(305.525)	(155.317)	(71.758)	13.771
Perdas com recebíveis	—	—	(13.851)	(8.555)
Multas indedutíveis	—	—	(1.806)	(6.440)
Juros sobre capital próprio	—	(27.878)	—	—
Ajustes da Lei nº 11.638/2007	—	—	—	—
Excesso de juros	—	—	(766)	(252.340)
Patrocínios não dedutíveis	—	—	(6.247)	(4.221)
Prejuízos fiscais não constituídos contabilmente	(1.664)	(5.571)	(4.329)	(21.301)
Baixa de crédito IR exterior (*)	—	—	—	(141.279)
Provisão de créditos em análise (IRRF Exterior 2007 e 2011)	—	—	—	(59.144)
Outros créditos não reconhecidos contabilmente (**)	25	—	19.783	—
Varição cambial em regime de caixa (***)	15.542	—	15.542	2.192
Preço de transferência	—	—	(25.160)	—
Outros ajustes permanentes	—	(10)	(61.653)	(14.024)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido do exercício	—	—	637.005	1.082.045
Imposto de renda e contribuição social correntes	—	—	(28.708)	(241.213)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	—	—	665.713	1.323.258
Imposto de renda e contribuição social do exercício	—	—	637.005	1.082.045
Taxa efetiva	—	—	27,3%	23,3%

(\*) Em dezembro de 2015 foi baixado o crédito excedente do IR Exterior (Total retido por limite legal). (\*\*) Trata-se de diferença de diferido sobre Prejuízo Fiscal de anos anteriores. (\*\*\*) Trata-se da Variação Cambial da Companhia, onde passamos a tributar pelo regime de caixa em 2016. **23. Instrumentos financeiros:** Os saldos das contas a receber e a pagar registrados no circulante aproximam-se dos valores de mercado, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos e/ou indexação a taxas de juros de mercado ou índices de correção monetária. As aplicações financeiras estão atualizadas de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras, sem expectativa de geração de perda para a Companhia e suas controladas. Os saldos de mútuos com partes

relacionadas aproximam-se do seu valor justo e estão registrados de acordo com as taxas pactuadas com as contrapartes. O quadro a seguir apresenta os instrumentos financeiros consolidados registrados em 31 de dezembro de 2016, em contas patrimoniais cujo valor justo difere do contábil:

	Consolidado		
	Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor de mercado
Debêntures	Nível 2	69.332	68.629
Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia e suas controladas podem ser assim apresentados: a) <b>Gestão de capital:</b> O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos e emissão de notas promissórias. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital. Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:			
Caixa e equivalentes de caixa			
Empréstimos, financiamentos e debêntures			
Endividamento líquido			
Patrimônio líquido			
		<b>6.59%</b>	<b>61,96%</b>

b) **Risco de taxa de câmbio:** Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio. Na data de encerramento do exercício, a Administração considerou relevantes os seguintes riscos: *Risco de queda do dólar:*

	Consolidado		
	2016	2015	
Cenário I - Provável	Dólar - 5%	R\$3,0961	
Cenário II	Dólar - 25%	R\$2,4443	
Cenário III	Dólar - 50%	R\$1,6296	
<i>Risco de alta do dólar</i>			
Cenário I	Dólar + 5%	R\$3,4221	
Cenário II	Dólar + 25%	R\$4,0739	
Cenário III	Dólar + 50%	R\$4,8887	

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas:

Operação	Posição em 31/12/2016	Ganho/(perda)		
		Cenário I provável	Cenário II	Cenário III
<b>Queda do US\$</b>				
Fornecedores	(638.780)	31.939	159.695	319.390
Outros (Ativos-Passivos)	46.993	(2.350)	(11.748)	(23.496)
		<b>29.589</b>	<b>147.947</b>	<b>295.894</b>
<b>Total Alta do US\$</b>				
Fornecedores	(638.780)	(31.939)	(159.695)	(319.390)
Outros (Ativos-Passivos)	46.993	2.350	11.748	23.496
		<b>(29.589)</b>	<b>(147.947)</b>	<b>(295.894)</b>

c) **Risco da taxa de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia e suas controladas não têm pactuados contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. d) **Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, revendedores de aparelhos celulares (*"dealers"*) e distribuidores de cartões pré-pago. A ANATEL requer que o serviço de telefonia celular esteja disponível a todos os interessados independentemente da renda e da ordem em que sejam recebidas as inscrições. O risco de crédito com relação às contas a receber dos serviços de telefonia móvel celular, TV por assinatura, internet banda larga e telefonia fixa é diversificado por conta da pulverização da base de assinantes. Para reduzir esse tipo de risco, a

Companhia e suas controladas realizam análise de crédito, para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência e monitora as contas a receber de assinantes, interrompendo a capacidade de originar chamadas, visualizar o sinal de TV por assinatura e conectar a internet, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos, de acordo com as normas da ANATEL. A política de vendas de aparelhos e distribuição de cartões pré-pagos da Companhia e suas controladas estão intimamente associadas ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. Com respeito a lojistas e distribuidores, a Companhia e suas controladas mantêm limites de crédito individuais, com base em análise de potencial de venda, histórico de risco e inadimplência. A seletividade de seus clientes, diversificação de sua carteira de recebíveis e o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites de posição são procedimentos que a Companhia e suas controladas adotam a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência de seus parceiros comerciais. e) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez da Companhia é representado pelo risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas. A tabela abaixo demonstra a estimativa dos pagamentos contratuais da dívida de longo prazo existente em 31 de dezembro de 2016:

Ano	Consolidado
2018	161.307
2019	54.517
2020 a 2021	35.146
	<b>250.970</b>

A Companhia estrutura os vencimentos das dívidas de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez. f) **Garantias:** Com relação às operações de Fname, os próprios equipamentos financiados se constituem em garantias fiduciárias. **24. Compromissos:** Os compromissos consolidados são os seguintes:

Anos/período	Manutenção de equipamentos	Direito de uso (1) e alugueis	Locações Capex (2)	Total
2017	89.095	170.812	505.713	1.756.072
2018 a 2021	377	688.924	1.765.242	— 2.454.543
2022 a 2026	—	856.424	1.888.411	— 2.744.835
	<b>89.472</b>	<b>1.716.160</b>	<b>4.159.366</b>	<b>990.452 6.955.450</b>

1) Compreende alugueis de faixas de terras ou postes por onde passam a rede de cabos tanto na área urbana, quanto em rotas de longa distância. **25. Seguros:** A Companhia e suas controladas adotam política de manutenção de seguros em níveis que a Administração considera adequados para cobrir os eventuais riscos, abrangendo todas as perdas ou danos materiais causados aos seus ativos. Devido às características de operações multilocalizadas, a Administração contrata seguro com o conceito de limite máximo provável em um mesmo evento, para o qual mantém cobertura contra riscos operacionais (incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos-vendavias/raios/enchentes). A apólice de seguro é única e engloba todas as empresas do grupo América Móvil Brasil, que a Companhia faz parte, sendo o limite máximo de indenização de, aproximadamente, R\$1.116.955 para todas as empresas do grupo. **26. Garantias:** A Companhia e suas controladas firmaram cartas de fiança e contratos de seguro, com a finalidade de garantir, principalmente, o pagamento de ações fiscais, cíveis e trabalhistas no montante de R\$7.609.188 em 31 de dezembro de 2016 (R\$10.283.584 em 31 de dezembro de 2015). **27. Eventos subsequentes: a) Pagamento parcial das licenças 700 MHz:** Em 31 de janeiro de 2017, a controlada Claro efetuou o pagamento no montante de R\$858.991 à EAD, referente a 2ª e 3ª parcelas do leilão de faixas de frequência de 700 MHz nacionais para a prestação do SMP, realizado pela ANATEL em dezembro de 2014 (nota 1 e 10). Para o pagamento a controlada Claro contratou um empréstimo que foi liquidado em 3 de março de 2017. **b) Incorporação BrTel:** Em AGE realizada em 24 de fevereiro de 2017, pela controlada Claro, foi aprovada a incorporação da BrTel. A incorporação está inserida em um projeto de redução de custos operacionais e unificação de esforços gerenciais, associada a um redimensionamento da estrutura operacional. Como resultado desta incorporação, a empresa incorporada foi extinta de pleno direito, e a controlada Claro tornou-se sucessora em direitos e obrigações, inclusive assumindo todas as autorizações expedidas pela Anatel para a prestação de serviços de telecomunicações anteriormente em favor da empresa incorporada. **c) Emissão de Debêntures:** Em 3 de março de 2017, a controlada Claro fez a 4ª emissão de debêntures, série *únic*, o valor total de R\$600.000. Foram emitidas 60.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10.000 com vencimento em 12 de setembro de 2017. Os recursos obtidos serão integralmente utilizados para o repêrimento de passivos da Companhia e o saldo remanescente para outros fins corporativos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	DIRETORA DE CONTABILIDADE
<b>Oscar von Hauske Solis</b> Presidente do Conselho de Administração	<b>José Antônio Guaraldi Félix</b> Diretor Presidente	<b>Márcia Motta Sá</b>
<b>Roberto Catalão Cardoso</b> Membro Titular	<b>José Formoso Martínez</b> Diretor	<b>CONTADOR</b>
<b>Antonio Oscar de Carvalho Petersen Filho</b> Membro Titular	<b>Roberto Catalão Cardoso</b> Diretor de Relações com Investidores	<b>Ricardo Basso Gaino</b> Gerente de Contabilidade CRC - PR-040021/O-0-S-SP

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

- Envolvimento de nossos profissionais especialistas em avaliação de ativos para nos auxiliar com as análises sobre as projeções de fluxo de caixa futuro e com os testes de redução ao valor recuperável;
- Análise das projeções preparadas pela Administração para determinar o valor recuperável destes ativos, que incluiu, principalmente: i) teste das informações financeiras projetadas utilizadas; ii) comparação das premissas e metodologias utilizadas com a respectiva indústria, competidores e cenário econômico financeiro do ambiente nacional; e iii) análise do uso de método de precificação e de informações externas. Tais informações são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado por aqueles responsáveis pela governança;
- Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação ao imobilizado e intangível, incluindo ágio.

**3. Reconhecimento de Receita**  
O reconhecimento de receita da Companhia envolve um alto grau de controle de tecnologia da informação para se assegurar de que todos os serviços prestados foram devidamente registrados dentro do período contábil adequado, incluindo as receitas correspondentes a serviços prestados ainda a serem faturadas. As receitas auferidas pela Companhia e suas controladas e seus critérios de reconhecimento no resultado, encontram-se divulgados na nota explicativa 3.20.

Tendo em vista a complexidade do processo de reconhecimento de receitas, incluindo o envolvimento da infraestrutura de tecnologia da informação e a assegurar da integridade das informações extraídas dos sistemas de faturamento e utilizadas como elementos essenciais nos cálculos da apuração da estimativa da receita a faturar e, portanto, o correto reconhecimento das receitas da Companhia, consideramos nossos procedimentos nessa área como um dos principais assuntos de auditoria.

- Como parte dos nossos procedimentos de auditoria efetuados, dentre outros, citamos:
- Teste de controles internos: (i) do ambiente geral de controles de tecnologia da informação estabelecidos pela Companhia, que incluem os controles sobre o gerenciamento de acesso aos sistemas e dados e o gerenciamento de mudanças nos sistemas; e (ii) controles automatizados estabelecidos pela Administração relacionados ao processo de reconhecimento de receita, bem como, controles para assegurar a integridade dos relatórios extraídos dos sistemas que são utilizados para determinação do saldo contábil de receita de serviços a faturar.
  - Análise do cálculo da estimativa da receita de serviços a faturar;
  - Teste dos relatórios extraídos do sistema utilizados para cálculo da receita de serviços a faturar;
  - Exames documentais da receita faturada para uma amostra de transações incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

**Outros Assuntos**  
**Demonstrações do valor adicionado**  
As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**  
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações

financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, de modo a perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

- Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
  - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
  - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
  - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
  - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
  - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Formecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.